

Aumento de IRPF causa protestos

PMDB e PFL não concordam com elevação de alíquota e estudam alternativas

Sandra Nascimento
de Brasília

O governo federal deverá contar com o apoio dos líderes governistas ao pacote fiscal anunciado ontem, mas não de forma incondicional. O PFL opôs-se ao aumento da alíquota do imposto de renda para pessoa física (IRPF), uma das 17 ações que virão por Medida Provisória e prepara alternativas para serem apresentadas ao presidente Fernando Henrique Cardoso. O PMDB também não vê o aumento com bons olhos. O único a se colocar a favor foi o PSDB que, até a semana passada, dizia que iria marcar posição contra qualquer tentativa de aumento de impostos.

Os líderes evitaram deixar transparecer o desagrado com as medidas do Executivo que, na prática, dispensam o Congresso. As medidas provisórias, com exceção do IRPF, poderão ser reeditadas indefinidamente — embora o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), garanta que irá votar todas. As reformas da Previdência e da Administração continuam sendo prioridade, mas seus ganhos não estavam na lista.

A MP do IR provoca ainda dúvidas jurídicas quanto ao princípio da anualidade — alterações em impostos têm, pela Constituição, de ser objeto de lei anterior ao ano do exercício fiscal. Segundo a assessoria técnica do Legislativo, para valer para o próximo ano, a medida provisória terá de ser votada e transformada em lei até janeiro de 98, antes de sofrer uma segunda reedição, provavelmente em 10 de janeiro, quando ainda se preservaria a data da MP. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) garantiu que é possível até votar todas as MPs ainda este ano. “Votaremos em bloco, para tudo há se um jeito”, disse.

“Entendo que o governo precisa do montante que será arrecadado com o aumento do imposto, mas acho que não se deveria tirar mais da pessoa física”, disse Magalhães. “A princípio podemos mudar tudo, desde que com a devida brevidade”, disse, restringindo no entanto suas críticas ao IRPF. Como fontes alternativas de receita, o senador, que almoçou com o secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente, citou taxas sobre ganhos financeiros e aplicações na bolsa de valores. ACM manifestou seu desagrado ao presidente Fernando Henrique por telefone. Amanhã, a Executiva Nacional do partido reúne-se para uma avaliação minuciosa do conjunto de medidas.

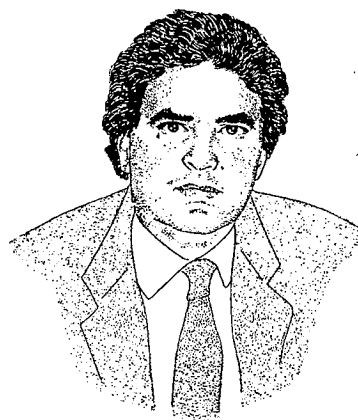
“Esse aumento do IR é um horror. É um saque no bolso de uma pessoa que está há três anos sem reajuste salarial”, disse o ex-líder do governo na Câmara, deputado Benito Gama (PFL-BA), citando outro ponto que será difícil para os parlamentares engolirem — embora, por enquanto as



Antônio Carlos Magalhães

críticas tenham ficado restritas ao IRPF: a demissão de servidores-eleitores públicos e a suspensão de reajustes salariais. “Num estado pequeno como o meu, isso pega muito mal. Vamos ter de discutir esses critérios”, disse, preocupado, o deputado Ney Lopes (PFL-PI).

O PMDB planeja para hoje um encontro de vice-líderes para discutir a questão. “Estamos solidários com o governo, mas vamos



Aécio Neves

analisar o aumento do IRPF. A classe média e o trabalhador não têm mais de onde tirar”, disse o líder do partido na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (BA), que ontem se encontrava em Salvador.

O partido do presidente, o PSDB, numa atitude até surpreendente diante das declarações de alguns líderes do partido que, na semana passada, colocaram-se contra o aumento de imposto, foi ao Palácio do Planalto, à tarde,

levar uma carta de apoio incondicional às medidas. “Adotar essas medidas a onze meses das eleições demonstra cabalmente a seriedade e a visão de estadista com o que o Presidente trata as questões fundamentais para a Nação”, diz o documento. O líder do partido na Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), chegou a dizer que o aumento do IRPF é “necessário”. Basta ver se a bancada pensa da mesma forma. Com Aécio foram ao Palácio o presidente da legenda, senador Teotônio Vilela Filho (AL) e o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (DF).

O vazio tradicional que ocupa o Congresso às segundas-feiras impediu uma avaliação melhor do impacto que as medidas anunciadas pela equipe econômica irá produzir na Casas. O discurso que os líderes governistas farão às suas bases estava afiado. “Pior seria se as medidas não fossem tomadas. Quem se colocar contra elas é que estarão votando contra o Brasil, quando as coisas melhorarem, dentro de uns meses, eles verão”, disse Magalhães.